
PARTE III - ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA MUSEOLOGIA

CAPÍTULO 1

1.A MUSEOLOGIA UMA CIÊNCIA \ A NOVA MUSEOLOGIA O PARADIGMA DA SUA CONTEMPORANEIDADE

UMA DIALÉTICA DO CONHECIMENTO ENTRE O VELHO E O NOVO

A museóloga, pedagoga e teórica da museologia, Maria Célia Santos, em entrevista concedida a Mário Souza Chagas, em 1998, refere que (...) *“a museologia é uma ciência em processo, como tal, em permanente construção. Não me parece pertinente, portanto, considerar a existência de uma nova museologia, sob a pena de esvaziá-la, de retirar do seu contexto toda a produção que a antecedeu, desprezando essa produção com o sentido pejorativo do velho, obsoleto, inútil, quando esta deve ser considerada a base, o apoio necessário que nos fundamenta para novas investidas.”*

Nessa mesma entrevista, Maria Célia Santos, faz distinção entre o conceito de *nova museologia*, modelado pelo movimento que a gerou e a museologia propriamente dita, a disciplina científica que enquadra e reelabora teoricamente, todas as abordagens e contributos para o esclarecimento do seu objecto. Ressalta o contributo do Movimento para uma Nova Museologia, para a renovação da museologia como ciência. A sua reflexão acentua o carácter processual das práticas museológicas, atentas e ajustadas às diversas realidades, o papel social dos museus construídos na interacção com a comunidade e a

participação como campo experimental que serve de base ao avanço dos aspectos teórico/metodológicos da museologia.

Colocando o exemplo em si própria, Maria Célia Santos, quando inquirida (1998) sobre se se considera uma *nova museóloga*, responde: “*Considero-me, uma profissional na área da museologia, que toma como referencial os conhecimentos construídos ao longo do processo histórico, para a construção de novos conhecimentos, levando em consideração as múltiplas realidades, aberta á interacção com os novos sujeitos sociais.*”

A referida museóloga afirma permanentemente o carácter abrangente da museologia como ciência, recusando, no plano teórico, a tentação de estabelecer dicotomias entre o novo e o velho que esvaziem ou façam perigar o rigor científico da museologia. Fica claro da interpretação das suas palavras que não há duas museologias, mas sim uma única ciência e um novo paradigma que marca a sua contemporaneidade.

Maria Célia demonstra que a museologia, como ciência, dispõe das ferramentas que lhe permitem ajustar-se ao paradigma da nova museologia, mantendo o distanciamento crítico e a abertura a novos questionamentos, numa perspectiva dialética do conhecimento.

O enfoque posto nos aspectos processuais da acção museológica e no sujeito que se transforma, transformando a realidade social em que se insere, informa, no essencial, o paradigma da museologia na contemporaneidade, para cujos fundamentos muito contribuiu a reflexão teórica de Paulo Freire, reflectida na declaração da **Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizado em 1972 - um marco decisivo para o questionamento da museologia do nosso tempo**,

comprometida com os problemas sociais, os direitos humanos e a não exclusão.

A década de 70 do Sc. XX, constitui efectivamente uma viragem na forma de entender o processo museológico, o papel dos museus na sociedade e a relação do homem com os patrimónios e as memórias.

A nova museologia fundada na participação e nos princípios da cidadania, encara os museus como *obras inacabadas* que intervêm, continuamente na comunidade, em processos que visam a *qualificação do fazer cultural* (Maria Célia,1998) através de abordagens multidisciplinares, em que se articulam o local e o global, influenciando-se mutuamente.

2.CONTRIBUTOS PARA UMA NOVA MUSEOLOGIA

ETAPAS E CONCEITOS

O movimento para uma *Nova Museologia*, problematiza, há cerca de três décadas, os conceitos de museu, de museologia e de património, com enfoque nas questões da comunidade, da participação e da cidadania. Da sua reflexão emergiu o novo paradigma que marca a contemporaneidade da museologia e os fundamentos teórico/metodológicos que informam as práticas museológicas, comprometidas com a mudança social, orientadas pelos princípios da liberdade e da diversidade cultural e disciplinar. O novo paradigma diferencia a nova museologia da museologia tradicional, em três vectores de análise:

- **Da monodisciplinaridade à multidisciplinaridade**
- **Do público à comunidade**
- **Do edifício ao território**

Luis Alonso Fernández (1999), em “*introducción a la nueva museología*”, faz o registo diacrónico dos *momentos-chave da Nova Museologia*, numa tabela que refere acontecimentos e personalidades, cujo o contributo foi decisivo para fazer avançar a museologia, enquanto ciência e campo do conhecimento multidisciplinar, no período que medeia entre 1958 e 1996. A data mais recuada assinala a primeira referência à expressão *Nova Museologia*, feita pelos norte-americanos G. Mills e R. Grove, no livro “*The modern museum and the community*” na perspectiva do autor, esta temática só vem a ser formalmente recuperada (documentada) na década de 80, com os contributos teóricos de André Desvallées (1980) que publica “*Nouvelle Muséologie*” na enciclopédia *Universalis* ; também no mesmo ano, 1980, as discussões nas reuniões do ICOFOM, celebradas no México, se referem à “*las posición de los ecomuseos e de la Nueva Museología dentro del comité*”(Fernández, 1999 p.79).

Prosseguindo na década de 80, mais precisamente em 1983, o referido autor dá relevo à proposta do ecomuseólogo Pierre Mayrand, para a formação de um grupo de trabalho sobre *museologia comunitária*.

Em 1984, dá-se um passo decisivo com a realização do primeiro “*Atelier Internacional des Écomusées et Nouvelles Muséologies*”, que virá a contribuir para a produção de um dos documentos fundadores das novas correntes da museologia- a declaração do Quebec.

Estes e outros contributos, também referidos pelo autor, nomeadamente o encontro especial sobre ecomuseus em Leiden(1984) e de Zagreb(1985), organizados em conexão com as conferências do ICOFOM, desembocaram na criação do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), em 1985, numa reunião em Lisboa presidida por Pierre Mayrand. Ainda seguindo a lógica expositiva de Luis Alonso Fernandez(1999), na obra já referida, ressalta-se a contribuição dos museólogos franceses (Bellaigue, Deloche, Desvallées, Evrard, De Varine – Bohan), no Simpósio do ICOFOM, em Buenos Aires (1986), para a credibilização do Movimento para uma Nova Museologia.

Em 1992, dá-se um passo significativo, durante a conferência geral do ICOM, no Quebec, com a celebração de um encontro entre ICOFOM e o MINOM.

Em 1994, tem lugar em Pequim o Simpósio do ICOFOM, sobre *Museum and Community I*, cujo conteúdo viria ser publicado no *ICOFOM Study Series(ISS)24*.

O momento – chave da Nova Museologia mais recente, identificado pelo referido autor, tem a ver com o facto de ter sido editado (ISS25.), pelo presidente do ICOFOM, os conteúdos do Simpósio sobre *Museum and Community II*, celebrado em Stavanger, durante a conferência trienal do ICOM(Fernández 1999).

Aos momentos – chave da nova museologia, identificados por Luis Alonso Fernández, poderemos acrescentar outros enfoques e contributos para uma historiografia da nova museologia que apesar da sua jovem existência, têm associada uma produção teórica notável

associada a práticas museológicas estimulantes e inovadoras, para uma visão heurística da museologia e dos seus fundamentos.

Para nos ajudar a reflectir sobre os enfoques que marcam a contemporaneidade da museologia, apoiamo-nos na reflexão de Judite Primo (1999) publicada nos cadernos de socio museologia (n.16), onde a autora analisa os cinco documentos que, em seu entender, "traduzem o pensar museológico do nosso século e que principalmente, levaram os profissionais da área a aplicar esta ciência de forma menos hermética e a entender a sua prática".

Especificando as fontes referidas pela autora são:

- **Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972**
- **No Atelier Internacional da Nova Museologia, na cidade do Quebec, no Canadá em 1984**
- **Na reunião de Oaxtepec, que decorreu no México em 1984**
- **Na reunião de Caracas, na Venezuela em 1992**

A referida autora chama a atenção para o facto de todos estes documentos terem sido elaborados no continente americano, com especial pendor para a América Latina, zona historicamente marcada pelo fosso entre países pobres e países ricos, facto que provavelmente, acentuou o discurso contra a problemática da liberdade, da injustiça social e da exploração, associada às políticas do património, às representações das memórias e ao papel dos museus na sociedade.

Relativamente à pertinência de cada um dos documentos citados, Judite Primo destaca:

O seminário Regional da UNESCO (1958) a função educativa dos museus, em que o documento produzido “*dá ênfase à função educativa dos museus (...) reconhece o museu como se fosse uma extensão da escola. (...)Aproveita para enfatizar o carácter didáctico da exposição. Buscando alternativas para os problemas expositivos, sugere que o museu se aproprie das novas tecnologias para comunicar.*” .

A propósito da mesa redonda de Santiago do Chile (1972) “*o documento define um novo conceito de acção dos museus: o museu integral* ³⁵, *destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto do seu meio material e cultural* “.

Esta visão articula-se com a de património global ³⁶ .

A mesa redonda de Santiago é decisiva relativamente à assunção da função social do museu e do conceito que lhe está associado – lugar de múltiplas aprendizagens e de interdisciplinidade “*por vezes transformado em centro de pesquisa* “(Judite Primo, 1999).

Confrontando as apreciações da autora da citada reflexão, com o documento original, em língua portuguesa, traduzido por Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno, publicado nos cadernos de sociomuseologia, n.15, 1999, ULHT (268pp), ressaltamos ainda do seu conteúdo, um aspecto relevante para a temática da avaliação da

³⁵ Conceito que definiremos adiante

³⁶ Ibidem

qualidade em museus (referido no ponto 6) “ *os museus devem criar sistemas de avaliação que lhes permitam determinar a eficácia da sua acção em relação á comunidade.*”.

Relativamente à declaração de Quebec (1984), a referida autora (Primo 1999), ressalta o facto de esta opor claramente “*uma museologia de caracter social (...)a uma museologia de colecções. Criando uma dicotomia entre a nova museologia versus a tradicional.*”.

Seguindo a metodologia anteriormente adoptada, tentámos buscar no documento original traduzido em língua portuguesa por Mário Moutinho, revisto por Marcelo M. Araújo, publicado nos cadernos de sociomuseologia, (n.15), aspectos relevantes para a avaliação da qualidade e/ou gestão da qualidade em museus identificados com as práticas da nova museologia.

Assim, relativamente á declaração do Quebec, esta refere no ponto 1, a propósito da função social dos museus e do caracter global das suas intervenções que “*para atingir este objectivo e integrar as populações na sua acção, a museologia utiliza-se, cada vez mais, da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da acção cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram os seus usuários*”.

Sobre a declaração de Oaxtepec, realizada no México , em 1984, Judite Primo (1999), ressalta a dicotomia entre a *velha* e a *nova* museologia, esta ultima alicerçada na trilogia - território - património – comunidade e o apelo ao dialogo e á participação como alternativa ao monólogo do “técnico especialista” e do museu “autoridade” . Esta questão prende-se inequivocamente com a noção de qualidade

associada à perspectiva da gestão do conhecimento e do acesso à informação como recurso fundamental da museologia social.

2.1.A DECLARAÇÃO DE CARACAS LANÇA OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO PELA QUALIDADE EM MUSEUS

Relativamente ao ultimo dos cinco documentos elencados por Judite Primo, a **Declaração de Caracas (1992)**, é aquela que de forma **explicita, relaciona a definição da missão de museu e a gestão com os desafios da museologia social**, facto que alias, seria de prever porque esta declaração foi produzida no âmbito do seminário sobre “*A missão dos museus na América Latina: novos desafios na viragem do Sc. XX*”.

Este documento, considerado por Huges de Varine, um dos mais importantes e completos na história do movimento para uma nova museologia, foi traduzido em língua portuguesa por Maristela Braga e está publicado nos cadernos de sócio museologia (n.15).

O seu teor é da máxima importância para a temática em estudo, relacionado com a avaliação e gestão da qualidade em museus.

Dele destaca-se a seguinte passagem : “ *no desenvolvimento desde evento foram tratados numerosos aspectos, alguns dos quais foram analisados com especial ênfase, visto que durante as secções, ficou evidenciada a singular relevância da sua relação com o desempenho dos museus, que são : museus e comunicação, museus e gestão, museus e liderança, museus e recursos humanos e finalmente, museus e património*”.

Este documento põe um enfoque decisivo na questão da gestão como instrumento de *capacitação* das pessoas (pessoal dos museus), com vista à *criação de uma consciência pública sobre a defesa do património cultural*, acrescentando ainda que “*a nova era em que nos encontra-mos, e a sua multifacética problemática requer uma nova reflexão e acções imediatas e adequadas para que o museu cumpra a sua acção social*”.

O referido documento apela ainda para o papel dos museus relativamente à “*tomada de consciência da preservação do meio ambiente, onde o homem, natureza e cultura, formam um conjunto harmónico e indivisível*”.

Este aspecto revela-se muito oportuno para a abordagem da qualidade em museus na medida em que um dos critérios mais relevantes para a sua avaliação é precisamente o *desempenho ambiental* e a consciência de que não podemos dissociar o ideal da satisfação das pessoas da sua própria condição de seres vivos, parte integrante da natureza e do meio ambiente. Não pode haver qualidade em museus se estes forem cúmplices com os atentados ao ambiente – recurso fundamental do planeta. Esta perspectiva é transversal a todo o modelo da gestão da qualidade em museus.

Retomando as preocupações do referido documento e dos participantes do seminário centrados em :

O museu e a comunicação

O museu e o património

O museu e a liderança

O museu e a gestão

O museu e os recursos humanos

Ressaltamos do primeiro aspecto - O museu e a comunicação, a recomendação referida no ponto 2.2”*que o museu busque a participação plena da sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com o seu património, e como elos de integração social, tendo em conta nos seus discursos e linguagem dispositivas os diferentes códigos culturais das comunidades que produziram e usaram os bens culturais, permitindo seu reconhecimento e sua valorização;(…)*”.

Este aspecto é de primordial importância para a avaliação da noção de qualidade em museus, pois, prende-se com a coerência entre os discursos museográficos e/ou expositivos e a missão dos museus. Os resultados em termos de qualidade, na perspectiva da gestão da qualidade, estão profundamente relacionados com o desempenho social da organização museu e este com a democratização do acesso à informação e a gestão do conhecimento. O museu que manipula significados em vez de os transformar em significantes e que exhibe “saberes especializados” como instrumentos de poder, bloqueios da comunicação, não corresponde aos parâmetros da qualidade que privilegia a gestão do conhecimento e a valorização dos saberes que promovem a auto estima e a emancipação das pessoas encorajando-as a tomar decisões(empowerment).

Relativamente ao património, o referido documento recomenda, no ponto 3.2 “*que se hierarquize no museu, no que concerne à conservação do património, aproveitando-se ao máximo os recursos humanos, materiais e físicos destinados a estes fins; Que se estabeleçam sistemas de inventário, que levem à automatização dos*

dados das peças, com o fim de estabelecer seu controle a nível do museu e das instâncias a que corresponda; (...)”.

Aqui a questão que está em causa, retomando a temática da qualidade e os seus critérios de avaliação, é a necessidade que o museu tem, enquanto organização, de estabelecer procedimentos, descritos e firmados, de forma inequívoca, em instruções de trabalho (IT) que rotinem (standards) e agilizem esses procedimentos usando os recursos disponíveis com a maior eficácia e o menor dispêndio possível.

A nível do património, este documento expressa também preocupação relativamente ao papel do estado na sua conservação e as responsabilidades da sociedade civil. Este aspecto prende-se com a forma como a organização museu gere as parcerias e protocola os compromissos – recurso fundamental da gestão da qualidade com reflexo nos resultados em relação ao impacto na sociedade.

Relativamente ao ponto 4 do referido documento, dedicado á temática dos museus e liderança recomenda-se, *“que cada museu, tenha clara consciência da realidade sócio económica a que pertence, tendo em conta os índices de desenvolvimento humano, a definição das suas metas, e de sua acção, e a preparação do seu pessoal; que o museu propicie a activação da consciência crítica da comunidade através de novas leituras do património; que o museu assuma a sua responsabilidade como **gestor social**, mediante propostas museológicas que contemplem os interesses do seu publico(...); que os museus especializados assumam o seu papel de liderança nas áreas temáticas que lhe são próprias e que contribuam para desenvolver uma consciência crítica do seu publico.”*.

No enunciado deste ponto (4) ressaltamos a perspectiva veiculada de liderança em museus como o meio de fazer despertar a “consciência crítica da comunidade” facto que na perspectiva da gestão da qualidade significa investir no conhecimento e na sua gestão para elevar as expectativas dos cidadãos clientes. Ao critério da liderança é imputada a responsabilidade da se assumir como “ gestor social” (categoria citada no documento), atento e apto para “ contemplar os interesses do seu público”. Este ponto sobre a liderança, consubstancia assim um dos parâmetros fundamentais da qualidade – a liderança maximizadora dos recursos humanos em prol da satisfação das necessidades dos cidadãos clientes. A liderança estimulante e construtiva promove o desenvolvimento, eleva a expectativa dos cidadãos e suscita novas e mais qualificadas respostas dos museus num ciclo de melhoria continua e corresponsabilização em torno das questões sociais e dos patrimónios.

O ponto n.5 da declaração de Caracas(1992) é dedicado à problemática de “ o museu e a gestão”. Acerca desta temática os museólogos que a subscreveram recomendam (ponto 5.2) entre outros aspectos, os que a seguir se enunciam relacionados explicitamente com a missão, avaliação e o diagnóstico das necessidades: *“que o museu defina claramente a missão(...);que o museu defina a estrutura organizativa de acordo com os seus requerimentos funcionais, delineada segundo as concepções gerenciais (versão português do Brasil) aplicáveis a casos particulares, e que se estabeleçam mecanismos de avaliação permanente ; que os planos e os programas elaborados com instrumentos de planeamento moderno estejam baseados em diagnóstico das necessidades do museu e da sociedade na qual está imerso(...);”*.

Neste ponto defende-se claramente a necessidade de uma gestão e avaliação adaptada aos fundamentos da museologia social. Esta característica faz da declaração de Caracas o documento mais importante ao nível da identificação das necessidades da gestão e avaliação em museus, orientadas para os parâmetros da qualidade que se identificam com a museologia contemporânea, no seu recorte de intervenção na sociedade e com os museus como organizações aptas para “escutar” e responder às necessidades dos cidadãos. .

O ponto 6 da referida declaração aborda a temática “museus e recursos humanos” e a seu propósito recomenda *“que se desenvolva programas de formação que capacitem o museólogo, para detectar, valorizar e dar respostas adequadas às necessidades das comunidades”*.

Este enunciado volta a colocar o enfoque na qualificação da procura e nas necessidades evidenciadas pelos cidadãos clientes (funcionários dos museus incluídos) .

No ultimo ponto n.7, intitulado “novos desafios”, a referida declaração lança aos museus, o repto de *“desenvolver sua **qualidade** como espaço de relação entre os indivíduos e o seu património, onde se propicia o reconhecimento colectivo e se estimula a consciência crítica”*.

Pelo que acabamos de expor, a declaração de Caracas é efectivamente, o documento de referencia da museologia contemporânea que, na definição dos seus conceitos, mais se aproxima dos princípios da qualidade em museus e que melhor

explicita os seus indicadores, no que concerne à clareza de objectivos sociais, à definição da missão, aos valores, aos processos, e à avaliação permanente e melhoria continua em ordem à satisfação das necessidades dos cidadãos e da defesa dos seus direitos.

O documento mais recente referido como fundador da nova museologia (Judite Primo,1999), foi a declaração de Lisboa (1994), centrada na questão da formação de pessoal em museus (traduzido para português por Miguel Lara e revista por Mário Moutinho).

A referida declaração retoma o paradigma “*da abordagem integrada e da interdisciplinaridade no trabalho museológico*” contributo do movimento que o movimento para uma nova museologia trouxe à ciência museológica. O documento insiste (ponto 6) em que “ (...)os programas de formação museologica devem preparar formandos a todos os níveis, para desempenharem os mais elevados papeis de liderança, estimulando a investigação intelectual, a interacção imaginativa e soluções corajosas para aplicar a práticas e actividades__museologicas, bem como transmitindo um censo de responsabilidade ética, profissional e social (...);”.

Ressaltamos este ponto da declaração de Lisboa, pela sua relevância como orientação para o incentivo à qualidade em museus, naquilo que se prende com a necessidade de investir na formação integral das pessoas, especificamente os museólogos, como forma de elevar o seu desempenho na liderança comprometida com os resultados da organização no plano social e político relativamente ao património.

O ponto 8 da referida declaração, refere-se a outro aspecto igualmente decisivo para a qualidade em museus, que se prende com a necessidade de estabelecer padrões (standards) de qualidade para a formação.

Finalmente “recomenda que as instancias de direcção dos museus portugueses, considerem a necessidade da criação de programas de formação contínua para os recursos humanos dos museus (...)”, aspecto que se prende com a consciência de que a qualidade em museus depende do compromisso destes com a sociedade e da qualificação das pessoas envolvidas nos processos museológicos, através de uma correcta gestão do conhecimento e da inovação.

3.ESPECIFICAÇÃO DE ALGUMAS ETAPAS E CONCEITOS BASILARES DA NOVA MUSEOLOGIA

MUSEU: conforme a Declaração de Santiago (1972, UNESCO/ICOM), o museu é uma instituição ao serviço da sociedade da qual é parte integrante e que possui em si os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que serve; que o museu pode contribuir para levar essas comunidades a agir, situando a sua actividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas actuais, (...)

De acordo com a definição do ICOM (1974), Copenhaga, XI Assembleia Geral – O museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e exhibe para fins de estudo, educação e deleite, testemunhos materiais do homem e do seu meio (Estatutos do ICOM)

MUSEOLOGIA: “*Considero que a museologia e os processos museais dependem de perguntas constantes e práticas reiteradas*” (Bruno, Cristina, 1996).

De acordo com a definição do ICOM, (1970), museologia é a ciência do museu; estuda a história e a razão de ser dos museus, sua função na sociedade, os seus peculiares sistemas de investigação, educação e organização, relação que estabelece com o meio ambiente físico e classificação dos diferentes tipos de museus.

MUSEOLOGIA SOCIAL: conforme explicita Mário Moutinho, 1993, em Cadernos de Museologia, n.º 1 – ULHT, Lisboa, “*o conceito de Museologia Social, traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea.*” Mário Moutinho sublinha que esta perspectiva já se anunciava na declaração de Santiago (1972 UNESCO / ECOM) e refere que a declaração do Quebec (1992), que Hugues de Varine considerou como a mais profunda reflexão colectiva sobre museus e museologia nos últimos vinte anos, reafirma os princípios da mesa redonda de Santiago. Assim, segundo Mário Moutinho a museologia social pressupõe “*A abertura do museu ao meio (...) o alargamento da noção de património, (...) redefinição do ‘objecto museológico’, a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das prática museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, a (...) interdisciplinaridade, a utilização de novas tecnologias de informação e a museologia como um meio autónomo de comunicação*”. Ainda segundo Mário Moutinho (1996), boletim APOM II, primeira série n.º 3, as preocupações sobre a função social dos museus reveladas na declaração de Santiago e renovadas na declaração de Caracas (1992) “*deixam-nos a certeza de que devemos*

considerar a museologia informal ou a Museologia social, como um elemento fundamental para poder pensar a museologia e os novos rumos da museologia em Portugal (...). Não nos podemos contentar com a eventual modernização dos museus tradicionais (...) julgamos que a urgência está antes de mais na abertura do museu ao meio, no estudo da sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida (...). Não se lida mais nos museus apenas com objectos, mas sim e sobre tudo com ideias.(...) se existe um novo desafio na museologia, em nosso entender, ele não diz respeito no essencial ao feitiço que esta tem, mas sobre tudo ao lugar que nela queremos ocupar e sobre tudo a possibilidade de aprofundar e enfim reconhecer que as posturas dos actores é que determina o sentido do trabalho que fazemos.”

FACTO MUSEAL: Definição elaborada por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990) – segunda a autora “*é a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e objecto, parte da realidade á qual o Homem pertence e sobre a qual ele tem poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu.*” Ainda segundo Valdisa Rússio (1984) e A. Gregorova (1990) e outros, referência feita por Mário Chagas (1994) em Cadernos de Sociomuseologia, n.º 2 ,” (*... a museologia é uma ciência em construção cujo o objecto de estudo não está centrado no museu (...)* o objecto de estudo da museologia é o **facto museal** (...)”

NOVA MUSEOLOGIA: De acordo com a abordagem da museóloga Cristina Bruno (1996) em “*Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar*”, Cadernos de Sociomuseologia, n.º 9, ULHT, a nova museologia resulta da reorganização do campo teórico da própria museologia que na hierarquia das suas estruturas mentais vem superando paradigmas, colocando-se frente a novos desafios,

citando: “ *considera-se que os fenómenos museais tradicionais correspondem aos museus estruturados institucionalmente, que actuam a partir das colecções constituídas e exercem sua função social por intermédio da sua produção científica e de formas de intervenção comunicacional e organizacional. Já os novos processos que procuram interagir extra-muros voltam-se para as perspectivas do trabalho comunitário*”.

PATRIMÓNIO: “*conjunto de bens, fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os outros demais homens assim como as interpretações dessas relações.*” (Bruno, Cristina, 1996).

HERANÇA: Segunda Cristina Bruno (1996), herança define-se como “ *A consciência da existência do património, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço*”.

REFERÊNCIA PATRIMONIAL: “Elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que sua preservação pode representar o universo referido” (cf. Bruno, Cristina, 1996).

FUNÇÃO SOCIAL: Resulta do encontro da função educativa e da função científica e é também o seu resultado, pois só mente através do pensamento científico o museu poderá contribuir para a educação e desempenhar um papel significativo na sociedade, (cf. Bruno, Cristina, 1996).

PATRIMÓNIO COMUNITÁRIO: Entende-se por património comunitário, o conjunto de bens partilhado por um grupo de pessoas num espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja a preservação é importante para a identidade cultural do grupo, (cf. Bruno, Cristina, 1996).

PATRIMÓNIO INTEGRAL: Conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos, (cf. Bruno, Cristina, 1996).

MUSEU INTEGRAL: Conceito que consta do documento produzido na Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972). Perspectiva o museu enquanto acção (mudança social), relação com a comunidade (desenvolvimento), numa visão de património global (cf. Primo, Judite, s.d.).

PRESERVAÇÃO: “A preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, á soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica.” (Guarnieri, Valdisa, 1990; referido por Bruno, Cristina, 1996 em ”*Museologia: Algumas ideias para a sua organização disciplinar*”).

4. ARTICULAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA QUALIDADE E OS FUNDAMENTOS DA *MUSEOLOGIA SOCIAL*

A noção da qualidade em museus está muito ligada à forma como o museu se pensa a si próprio, enquanto organização, e como funciona para os outros.

O paradigma da museologia social em que o conceito museu é equacionado a partir da comunidade é, aparentemente, o quadro conceptual mais fértil e apto para o entrosamento dos princípios da gestão da qualidade com a noção de museu de qualidade. O museu pensado em função dos processos que desencadeia e dos quais participa, e dos serviços que presta, necessita de recorrer a instrumentos de avaliação e autoavaliação que evidenciem sobretudo os percursos e as aprendizagens individuais e colectivas operadas e a forma como o conhecimento é gerido. O museu assim perspectivado é ele mesmo um dos processos - chave no planeamento estratégico da comunidade em que está inserido e é essencialmente nessa dimensão que se efectiva a sua própria qualidade.

A grande dificuldade está precisamente em operacionalizar instrumentos que permitam avaliar esta dimensão da qualidade em museus implicados socialmente, ou seja, que permitam captar a sua essência e a natureza processual da *museologia activa* e interveniente, contribuindo, com o retorno das avaliações, para o reforço e legitimação da sua especificidade organizacional e para a eficácia das suas missões.